Eixo quatro: deveres de prevenção à lavagem de dinheiro e a travel rule

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Ambos os centros implementam integralmente as normas do GAFI para prestadores de serviços de ativos virtuais, e o fizeram mais cedo do que a maioria. As diferenças residem na arquitetura e nos limiares. A Suíça canaliza a supervisão em matéria de prevenção à lavagem de dinheiro dos intermediários não sujeitos a supervisão prudencial por meio de organismos de autorregulação (OAR), cabendo à FINMA supervisionar os OAR e as instituições sob sua supervisão direta. Os deveres decorrem da Lei suíça de combate à lavagem de dinheiro (GwG/AMLA), da Portaria sobre o combate à lavagem de dinheiro (GwV/AMLO) e da Portaria da FINMA sobre o combate à lavagem de dinheiro (GwV-FINMA/AMLO-FINMA). O limiar de identificação para operações ocasionais de câmbio entre criptoativos e moeda fiduciária, ou entre criptoativos, é de CHF 1.000 por trinta dias, reduzido de CHF 5.000 em 2021 após a revisão da AMLO-FINMA pela FINMA.[1] A travel rule (regra de transmissão de dados do ordenante e do beneficiário) aplica-se por meio do art. 10 da AMLO-FINMA, que a FINMA interpreta desde 2019 no sentido de exigir, para

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

transferências de ou para carteiras não custodiadas (unhosted wallets), que o intermediário verifique por meios técnicos o controle do cliente sobre a carteira externa. Na Suíça, não há limiar mínimo (de minimis) para a travel rule.[2]

Singapura supervisiona diretamente por meio da Monetary Authority of Singapore (MAS). Os deveres dos prestadores de serviços de digital payment token (DPT, token de pagamento digital) constam da MAS Notice PSN02 e de suas Guidelines, complementadas, quanto às comunicações, pelo Corruption, Drug Trafficking and Other Serious Crimes (Confiscation of Benefits) Act 1992. A PSN02 exige due diligence de clientes em toda relação de negócios e em operações ocasionais acima do limiar aplicável, com medidas reforçadas para clientes de maior risco. As exigências sobre transferências de valor implementam a travel rule para todas as transferências de DPT, com informações completas do ordenante e do beneficiário acima de S$ 1.500 e informações reduzidas abaixo desse valor.[3] Para carteiras não custodiadas, a PSN02 exige que o prestador avalie o risco e aplique medidas proporcionais a ele, o que, na prática, significa triagem de carteiras e, para valores mais elevados, verificação da titularidade.

A questão transfronteiriça relevante para um grupo presente nos dois centros é o problema do "sunrise" (a implementação desigual da travel rule entre jurisdições). Um intermediário suíço que deve verificar o controle de uma carteira não custodiada antes de qualquer transferência encontra uma contraparte de Singapura que aplica uma abordagem baseada no risco. Uma MPI de Singapura que deve transmitir os dados da travel rule encontra contrapartes suíças que utilizam o protocolo OpenVASP ou TRP. O grupo precisa de um único protocolo e de um único padrão de dados, com a regra mais rigorosa a reger a política comum. A Parte L, Capítulo VIII, expõe como se redige essa política.

Questão	Suíça	Singapura
Supervisor	FINMA diretamente, ou OAR (VQF, SO-FIT, PolyReg, ARIF, OAD-FCT)	MAS
Base jurídica	AMLA; AMLO; AMLO-FINMA; regulamentos dos OAR	PSA; MAS Notice PSN02; CDSA 1992; TSOFA 2002

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Questão	Suíça	Singapura
Limiar para operações ocasionais	CHF 1.000 por 30 dias para operações de câmbio de criptoativos	Limiar nos termos da PSN02 (ver assinalação acima)
Limiar da travel rule	Nenhum; todas as transferências	Informações completas acima de S$ 1.500; reduzidas abaixo
Carteiras não custodiadas	Verificação do controle exigida antes da transferência	Baseada no risco; triagem e medidas proporcionais ao risco
Comunicação	MROS, art. 9 da AMLA; mecanismo de bloqueio no art. 10 da AMLA	STRO, s. 45 do CDSA; crime de tipping-off (alerta ao cliente)
Critério de comunicação	Suspeita fundada (linha jurisprudencial do BGE 147 IV 274)	Conhecimento ou motivos razoáveis para suspeitar
Registro de beneficiários finais	Registro federal de transparência no âmbito da reforma de 2024–2026 (ver Parte F, Capítulo VI)	Registro de controladores (Register of Registrable Controllers) da ACRA desde 2017

Notas

1. Art. 51a da AMLO-FINMA (SR 955.033.0), em vigor desde 1º de janeiro de 2021; relatório explicativo da FINMA sobre a revisão parcial da AMLO-FINMA de 2020. Ver Parte F, Capítulo III. ↩
2. Art. 10 da AMLO-FINMA; FINMA Guidance 02/2019 de 26 de agosto de 2019 sobre pagamentos na blockchain. Ver Parte F, Capítulo IV. ↩
3. MAS Notice PSN02 on Prevention of Money Laundering and Countering the Financing of Terrorism, Digital Payment Token Service, parágrafos 6 e 13, na versão em vigor em 30 de junho de 2026; Guidelines to MAS Notice PSN02. Ver Parte L, Capítulos II e III. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com